

II CONGRESSO
PENINSULAR E
HISTORIA ANTIGA



ACTAS

A PUBLICAÇÃO DESTAS ACTAS FOI FEITA EM REGIME
DE CO-EDIÇÃO COM AS SEGUINTE UNIVERSIDADES:



UNIVERSIDADE DE OVIEDO



UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA



UNIVERSIDADE DE GRANADA



UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACION A DISTANCIA

FICHA TÉCNICA

Título: II CONGRESSO PENINSULAR DE HISTÓRIA ANTIGA – ACTAS

Editores

INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS e INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

Capa: Fernando Coroado

Tiragem: 750 exemplares

Composição e Impressão: G. C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

© Instituto de Estudos Clássicos e Instituto de Arqueologia

Depósito Legal N.º 78171/94

ISBN 972-9004-12-9

os interpretados
ndígena pueden
o en principio se
especial interés
el que existe en
s construcciones
fraestructura de

a villa supuso un
on cambiar las
ismo, este hecho
el muestreo que
ocio-económicas
or Roma.

ibero-romana en la
Habis 13, 1982, pp.

ANA MARGARIDA ARRUDA¹ e LUÍS JORGE GONÇALVES²

Universidade de Lisboa

SOBRE A ROMANIZAÇÃO DO ALGARVE

«Tanto para castigar as incursões que os lusitanos effectuavam nos territórios orientaes do Anas, como pela natural expansão de quem, possuindo esses territórios, desejava alargá-los à custa dos territórios vizinhos, os romanos passam o rio para cá e emprehendem a conquista do Sul da Lusitânia. É talvez com os castra expugnato do ano de 189 que ella se inicia, porque em 153 os Cuneus (Algarve) já eram subditos dos romanos»

(Leite de Vasconcellos, 1913: 155)

«La romanisation ne marque guère, avant Auguste, que la côte méditerranéenne, la vallée de l'Ebre et la Bétique...»

(Nony, 1989: 672)

1. Estrabão, Pompónio Mela, Plínio: três olhares sobre o Algarve

Como há alguns anos disse Julia Kristeva, um texto literário capta sempre o ambiente histórico e social da época em que é escrito. No mesmo sentido, e apesar das diferenças do objecto analisado, Lucien Febvre (primeiro) e Georges Duby (depois) chamaram a atenção para o facto de cada época fabricar mentalmente a sua própria representação do passado.

(¹) Investigadora da UNIARQ (Instituto Nacional de Investigação Científica) Centro de Arqueologia e História. Faculdade de Letras, P-1699, Lisboa Codex.

(²) Investigador da UNIARQ (Instituto Nacional de Investigação Científica) Centro de Arqueologia e História. Faculdade de Letras, P-1699, Lisboa Codex.

Assim, quando partimos dos textos de Estrabão, Pompónio Mela e Plínio para estudar o grau de romanização, durante o período republicano, do que hoje chamamos Algarve, pretendemos, mais do que ler a paisagem, física e humana, da região a Ocidente do Anas nos séculos I a.C. e I d.C., compreender qual o real conhecimento que estes autores possuíam daquele território.

Na obra de Estrabão (que, como é sabido, não é mais que uma síntese de relatos produzidos em diversas épocas, deixando o texto perceptível a temporalidade das fontes utilizadas) a descrição do território entre o *Anas* e *Hieron Akroterion* deixa transparecer um seu relativo desconhecimento.

Da paisagem, das cidades e dos habitantes deste território pouco nos fala a obra de Estrabão. São fundamentalmente terras marcadas por dois acidentes geográficos dominantes, o *Hieron Akroterion* e o *Anas*.

Estrabão apresenta o *Hieron Akroterion* como o ponto mais ocidental da *Oikoumene*, referindo que o território contíguo ao promontório se designava *Cuneus* (Estrabão, III, 1, 4). Pelo que se depreende da obra do geógrafo grego, *Hieron Akroterion* era também um marco muito forte no imaginário do Homem da Antiguidade. A sua situação geográfica e a sua configuração tinham sido já objecto de descrições pormenorizadas, como as de Artemidoro e Possidónio, aliás fontes de Estrabão (Salinas de Frias, 1988).

O actual Algarve não merece do geógrafo grego uma descrição paisagística individualizada. De facto, Estrabão descreve globalmente a paisagem da costa sud-atlântica da Ibéria, não distinguindo especificamente os territórios a Ocidente do Guadiana dos da Turdetânia (Estrabão, III 2, 4). Assim, a imagem de uma costa recortada por largos e profundos estuários navegáveis é válida para «toda a costa entre o *Hieron Akroterion* e as *Stelai*».

É nesta paisagem que se vai localizar a única povoação assinalada em território algarvio - *Ossonoba*. O autor inclui-a num grupo que comportava igualmente Asta, Nábrissa, Onoba e Mainoba, justificando este critério ao referir que, para os indígenas, «os esteiros podem servir para o mesmo que os rios» (Estrabão, III, 2, 5).

A cidade de *Conistorgis*, ainda não localizada, mas que alguns autores admitem que possa ter-se situado no Algarve (Garcia Bellido, 1968: 71, nota 83; Alarcão, 1987: 29, 40), é também referida, mas em território de Célticos (Estrabão III, 2, 2). Os dados disponíveis parecem indicar, no entanto, que *Conistorgis* se localizaria preferencialmente no Baixo Alentejo, ou, a ser no Algarve, já em região a nordeste da Serra do Caldeirão.

As referências às populações locais são vagas, quase imperceptíveis.

Apenas três vezes Estrabão fala de grupos humanos que podem incluir os habitantes da região em análise. Contudo, como se verá, são sempre informações

com pouca precisão geográfica e que não fornecem dados sobre comportamentos, hábitos, cultura, religião ou outros. Dizem respeito a territórios tão vastos que são também, extensíveis ao exterior da região que nos interessa.

A primeira referência surge quando o geógrafo grego inicia a sua descrição da Turdetânia e dilata os limites que lhe tinha definido anteriormente (III, 1, 6). Agora, Estrabão, reafirmando que a Turdetânia se limita a Ocidente pelo Guadiana, refere que nela podemos incluir as populações que ocupam o outro lado do Anas e grande parte dos seus vizinhos (Estrabão III, 2, 1). Somos levados a crer que Estrabão se refere aqui concretamente a terras do actual Alentejo e Extremadura espanhola, uma vez que parece relativamente pacífico pela leitura desta passagem da obra que seriam as terras contíguas às habitadas pelos bastetanos.

Reportando-se a uma área ainda mais vasta, a «mesopotâmia» entre o *Anas* e o *Tagus*, Estrabão refere aqui os célticos como maioria étnica, e informa que algumas tribos lusitanas teriam sido deslocadas pelos romanos para a margem esquerda do Tejo (Estrabão, III, 1, 6). Também acreditamos que aqui o geógrafo uma vez mais se refere ao território do actual Alentejo.

Num outro passo já citado (Estrabão, III, 2, 5), o autor mostra a forma como as populações que habitavam o território compreendido entre o *Hieron Akroterion* e as *Stelai* aproveitaram as condições oferecidas pela paisagem para construir as suas cidades.

Uma última referência a gentes locais pode inferir-se quando o geógrafo fala do *Hieron Akroterion* como lugar visitado durante a noite pelos deuses. No entanto, seria de algum modo abusivo quereremos interpretar como habitantes do *Cuneus* todos os que, de dia, frequentavam o promontório sagrado (Estrabão, III, 1, 4).

Torna-se assim evidente que o território compreendido entre o cabo de S. Vicente e o rio Guadiana é descrito por Estrabão com grande superficialidade, sobretudo se confrontarmos esta descrição com a de outras regiões da Ibéria, nomeadamente a Turdetânia. O seu relato parece ter sido feito a partir de imagens vagas, obtidas da costa, o que explicaria nele ressaltarem os aspectos geográficos dominantes.

Não parece pois que esta descrição possa reflectir, no momento em que o texto é escrito, uma importante implantação romana no território entre o *Anas* e o *Hieron Akroterion*. Pelo contrário, as atenções de Roma parecem dirigir-se preferencialmente para as terras a Oriente e a Sul do *Anas*, a Turdetânia, da qual Estrabão faz extensa descrição, referindo ainda a fertilidade das suas terras, a abundância e qualidade das suas produções agrícolas, a sua riqueza metalífera, enumerando as suas «indústrias» (Estrabão III, 1,6; III, 1, 4; III 2, 6). Elogia

também a riqueza piscícola das suas costas e não esquece como a natureza destas facilita as exportações (Estrabão III, 2 6 e III, 2, 7). Sobre o povo que habita a Turdetânia, Túrdulos ou Turdetanos, informa Estrabão que é o mais culto entre os Iberos (Estrabão, III, 1, 6).

Toda esta informação, comparável à que fornece sobre outras regiões da Península (como por exemplo a Celtibéria), contrasta com a confrangedora pobreza dos dados enunciados sobre a região algarvia. Parece, pois, que o quase silêncio do geógrafo grego e suas fontes terá necessariamente que relacionar-se com um certo desconhecimento da região, desconhecimento esse que poderá derivar da pouca atenção que Roma dedica a um território onde, como veremos, poucas vezes durante a conquista foi necessária a intervenção do exército romano.

Posteriores à divisão administrativa da Península Ibérica efectuada por Augusto, são os textos de Pompónio Mela e Plínio.

Na descrição muito sumária e esquemática que faz da região mediterrânica, o geógrafo hispânico refere-se ao actual Algarve quando descreve a Província da Lusitânia que o *Anas* divide da Bética (Mela, III, 1, 6). Aqui, o autor tem por base os acidentes geográficos mais marcantes da paisagem, ou seja os promontórios *Cuneus Ager*, onde localiza *Myrtilis*, *Balsa* e *Ossonoba*, e *Sacrum*, onde situa *Lacobriga* e *Portus Hannibalis* (Mela, III, 1, 7). Parece evidente que o primeiro deverá ser identificado com o cabo de Santa Maria e o segundo com o cabo de S. Vicente.

No texto de Pompónio Mela, a ausência de informações mais precisas sobre a região algarvia, nomeadamente sobre os povos que a habitam, não deve, no entanto, ser excessivamente sobrevalorizada, atendendo a que a mesma forma esquemática de descrição foi igualmente usada para a maioria das outras regiões.

De Plínio, chega-nos uma descrição da Península Ibérica muito pormenorizada do ponto de vista administrativo, mas pobre na descrição da paisagem e das populações locais. No entanto, informa-nos a *Naturalis Historia* que *Myrtilis*, *Balsa* e *Ossonoba* são os três *oppida* existentes no extremo Sul da Lusitânia (Plínio, IV, 116), sendo o primeiro *oppidum* Município de Direito Latino (Plínio, IV, 117) e o segundo Cidade Estipendiária (Plínio, IV, 118).

2. O Algarve e a conquista Romana da Península Ibérica

A futura província da Bética, e sobretudo o vale do Guadalquivir, foi sem dúvida a região peninsular onde se desenrolaram os principais acontecimentos das guerras lusitano-romanas a partir de 194 a. C., mas sobretudo a partir de 155

a. C.. Sabemos também que não foi raro o cenário dos conflitos alargar-se a regiões com que a *Turdetania* confina, como a *Baeturia*, a *Bastetania* e mesmo a *Carpetania*. No entanto, não foi frequente durante a fase da conquista a presença de exércitos, romanos ou indígenas, na região algarvia.

Sabemos, por Apiano, que os Cónios eram aliados dos romanos e que por tal facto foram atacados pelos Lusitanos sob o comando de Cauceno, perdendo para estes a cidade de *Conistorgis*; (Apiano, Iber., 56-57, F.H.A. IV: 98-99). Não é improvável que neste ataque o Algarve tenha sido atingido, mesmo admitindo que *Conistorgis* se situasse no Baixo Alentejo. Mais difícil é, porém, aceitar que na primeira metade do século II a.C. a franja sul da Lusitânia integrasse já a Província Ulterior.

Dos resultados deste ataque, em termos de fixação das populações autóctones no Sul da Lusitânia, pouco sabemos. No entanto acreditamos que deverá ter havido evidente recuo por parte destes, uma vez que Galba passa o Inverno de 151-150 a. C. em *Conistorgis*, cidade entretanto reconquistada pelas tropas romanas, muito provavelmente durante as campanhas de Marco Atílio que empreende a guerra contra lusitanos e vetões.

A estes acontecimentos do segundo quartel do século II a.C. segue-se um período de relativa tranquilidade em terras algarvias. As lutas dos anos 150 a 141 têm por palco os territórios da *Turdetania*, *Baeturia*, *Bastetania* e *Carpetania*.

Assim, só em 141 o proconsul Serviliano, decidido a reconquistar os territórios entretanto perdidos para os Lusitanos, leva a guerra até ao país dos Cónios e à Lusitânia (Apiano, Iber., 67-69, F.H.A., IV:122). Esta incursão do governador romano ao Ocidente não vai implicar uma ocupação permanente do sul de Portugal por Roma. Aliás talvez nem fosse esta a intenção do general romano que aqui efectua, segundo Jorge de Alarcão (1988a: 20), um «raid» e não uma campanha militar clássica. A passagem de Serviliano pelo Algarve parece indicar que a tradicional aliança dos Cónios a Roma se teria volatilizado (Martín, 1989: 69).

No período compreendido entre 140 e 79 a. C., o Sul de Portugal, mais concretamente o actual território algarvio, conhece a paz. As campanhas de Servílio Cepião (139 a.C.) e de Bruto (138 a.C.) dirigem-se então para o noroeste da Península.

As guerras sertorianas puseram de novo em evidência o Sul da Lusitânia, território cercado pelas tropas romanas estabelecidas numa linha Este//Oeste que liga *grosso modo* o vale do Guadiana Norte à foz do rio Sado. O grosso do exército romano encontra-se em *Conistorgis*, que Sertório ataca (Salústio, Hist., 1, 113 e 119, F.H.A.; IV: 346-349), e a guerra é levada, então ao território algarvio, tendo sido Lacóbriga cercada pelas tropas romanas chefiadas por Metelo (Plutarco, Sertorius, 25-127, F.H.A. IV, 173).

Assim, parece visível que o actual Algarve foi pouco visitado por qualquer dos exércitos em confronto durante a fase da conquista do Ocidente peninsular. Por um lado, raras vezes os Lusitanos atacaram cidades aqui erguidas, por outro, não foi frequente que os romanos tivessem que intervir neste território para reprimir qualquer subvelação dos Cónios. Sem intervenções militares directas, o Algarve parece ter sido, nesta época, um território relativamente esquecido onde uma espécie de «paz morna» reinava, quando as regiões com que faz fronteira eram um vasto teatro de guerra.

3. *Vestígios arqueológicos do período romano/republicano no Algarve*

São raros os vestígios romanos do período republicano no Algarve. A sua raridade aumenta se excluirmos da listagem o tesouro de Monte de Soudes, Pereiro, Alcoutim (Veiga, 1889: 71-72; Santos, 1972: 387; Alarcão, 1988b: 204) e o denário republicano da família Porcia encontrado em Vaqueiros, Alcoutim (Veiga, 1889: 70-72; Santos, 1972: 389; Alarcão, 1988b: 204). Esta exclusão deve-se ao facto de considerarmos que ambos os sítios, localizados no Alto Algarve Oriental, já na franja Norte da Serra do Caldeirão, se bem que hoje pertençam administrativamente ao Algarve, devem relacionar-se preferencialmente com a cidade de Mértola, e fazer assim parte de um território que no período da conquista romana da Lusitânia, como aliás já desde os finais da Idade do Bronze, constituiu uma importante área de penetração e ponto de passagem para o litoral atlântico, ligando a Turdetânia aos estuários do Tejo e do Sado.

Desta forma, os testemunhos arqueológicos que deste período podemos referenciar para a região que nos importa reduzem-se a:

1. MONTE MOLIÃO, Lagos, (identificado com LACOBRIÇA por diversos autores) - fragmentos de cerâmica campaniense da classe B-oíde, fragmentos de ânforas das Classes 3, 4 e 32⁽³⁾. O conjunto do espólio aponta uma cronologia centrada nos meados do século I a.C.;

2. RIO ARADE, Portimão - dragagens efectuadas neste rio trouxeram à superfície um abundante espólio arqueológico de diversas épocas. Entre ele

(³) Neste trabalho, e no que se refere às ânforas romanas, utilizamos a tipologia de Peacock e Williams (1986).

o por qualquer
nte peninsular.
das, por outro,
território para
ares directas, o
squecido onde
e faz fronteira

to no Algarve

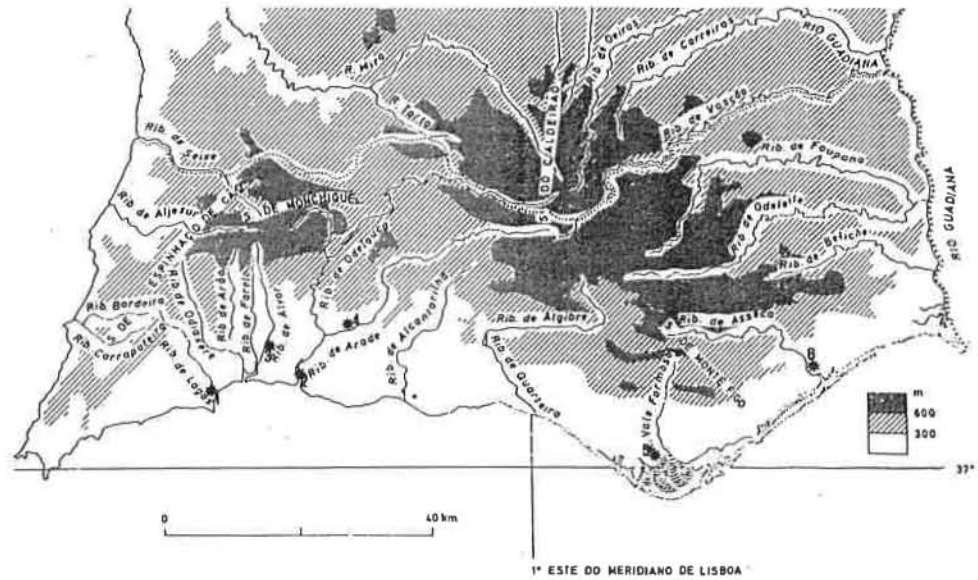
Algarve. A sua
nte de Soudes,
o, 1988b: 204)
iros, Alcoutim
Esta exclusão
zados no Alto
bem que hoje
relacionar-se
e um território
desde os finais
ção e ponto de
os do Tejo e do

íodo podemos

A por diversos
fragmentos de
ma cronologia

o trouxeram à
cas. Entre ele

ologia de Peacock



O Algarve segundo Gonçalves (1989: 91, fig. 3.3.)

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| 1. Monte Molião (Lagos) | 4. Cerro da Rocha Branca (Silves) |
| 2. Foz do rio Arade (Portimão) | 5. Faro |
| 3. Vila Velha de Alvor (Alvor) | 6. Cerro do Cavaco (Tavira) |
| | 7. Castelo de Castro Marim |

destacamos dois fragmentos de cerâmica campaniense da Classe A (forma 5 decorada com estampilha oval e forma 27) e diversos fragmentos de ânforas das Classes 3, 4 e 32 (Tavares da Siva *et al.*, 1987: 204) O espólio apresenta características que podem situá-lo cronologicamente entre os finais do século II e os meados do I a.C.. A estampilha impressa que decora o fundo do fragmento de cerâmica campaniense da Classe A, forma 5, parece, pelo seu aspecto simplificado e rudimentar, corresponder ao último momento desta técnica decorativa sobre a campaniense A, ou seja numa data centrada em torno de 100 a.C. (Morel 1978);

3. VILA VELHA, Alvor - Portimão (*IPSES?*)- escavações recentes de Teresa Júdice Gamito revelaram um povoado, ocupado durante o período republicano, onde se encontraram duas moedas de chumbo com a legenda IPSES

(Faria, 1988) e ânforas das Classes 2 (?) e 3 (comunicação apresentada ao colóquio «Ânforas da Lusitânia», mas não publicada nas respectivas actas);

4. CERRO DA ROCHA BRANCA, Silves - sítio com uma ocupação humana que se inicia na Idade do Bronze, apresenta, na sua fase III, espólio romano de cronologia republicana. Desgraçadamente, o nível arqueológico correspondente a esta fase foi o mais atingido pelas destruições que o sítio sofreu. No entanto, revelou 4 denários consulares de prata da segunda metade do século II, cerâmica campaniense das Classes A, B e C e ânforas «ibero-púnicas» (formas D e E2 de Pellicer) e romanas das Classes 3 e 32 (Gomes *et al.*, 1986: 80);

5. FARO, área urbana (*OSSONOBA*) - escavações recentes de Teresa Júdice Gamito forneceram dados sobre a ocupação da antiga cidade durante o período romano/republicano. Segundo comunicação apresentada ao colóquio «As ânforas da Lusitânia», Conímbriga 1988, ainda que não publicada, surgiram na área urbana de Faro ânforas das Classe 3, 4 e 32;

6. CERRO DO CAVACO, Cachopo, Tavira - uma ânfora da Classe 32 recolhida à superfície (Maia, 1978: 200);

7. CASTELO DE CASTRO MARIM (*BAESURIS*) - sítio com uma intensa ocupação humana desde os inícios da Idade do Ferro, apresenta um muito bem conservado nível tardo republicano. Cerâmica campaniense das Classes A, B e B-óide, ânforas das Classes 3, 4, 32 e 67⁽⁴⁾, cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica comum, moeda cunhada localmente, apareceram bem conservadas em quantidades que ultrapassam em muito a totalidade do espólio republicano encontrado em território português (Arruda, 1988). Datamos esta ocupação republicana de Castro Marim da segunda metade do século I a.C., mais concretamente entre 50 e 30. Chamamos a atenção para o facto desta ocupação ser precedida por um período que podemos considerar de isolamento relativamente ao comércio mediterrânico. Este isolamento dos séculos III e II é de salientar, uma vez que contrasta de forma evidente com as importações registadas neste sítio durante a Idade do Ferro, importações provadas pela presença de cerâmicas do mundo fenício ocidental durante o século VI e por cerâmicas áticas nos séculos V e IV a. C.

(⁴) Para as ânforas da Classe 67, ver Fabião, 1989.

4. Discussão

Ao longo deste texto, exprimimos por diversas vezes dúvidas sobre uma implantação romana efectiva no território algarvio durante o século II a.C.. O ano de 189 a.C., que José Leite de Vasconcellos considerou como a data em que "...os romanos passam o rio para cá e empreendem a conquista do Sul da Lusitânia..." (1913: 155) surge-nos hoje, à luz dos dados expostos, demasiado recuado.

Confrontando os dados arqueológicos disponíveis com os que podemos inferir dos relatos dos autores clássicos atrevemo-nos a realçar as impressões que nos ficaram da leitura destes últimos.

No conjunto do espólio arqueológico encontrado até à data na região algarvia apenas os denários consulares de prata encontrados no Cerro da Rocha Branca e a possível ânfora greco-italica (Classe 2) de Vila Velha de Alvor possuem uma cronologia do século II a.C.. A chegada regular de importações italianas ao Algarve iniciou-se apenas no século I a.C., mais concretamente a partir da sua segunda metade.

Não assistimos no Algarve ao processo que Roldán (1972) designa por «romanização inconsciente» que se verifica na Bética e que se manifesta no enquadramento jurídico dos povos que a habitam, na colonização das terras agrícolas do vale do Guadalquivir por imigrantes italianos espontâneos e na incorporação de indígenas nas legiões romanas (Blázquez, 1962; Roldán, 1972). Este processo produziria aliás uma Bética praticamente romanizada já nos inícios do reinado de Augusto como o provam o latim arcaico encontrado nas inscrições, a abundância de cidadãos romanos, a existência de uma classe dirigente indígena já claramente romanizada, o seu peso político e cultural nas decisões da política interna de Roma (caso das guerras entre César e Pompeu) e o elevado número de colónias e municípios na região do vale do *Betis* (Blázquez, 1962).

Parece-nos pois que o território algarvio é uma região relativamente esquecida e praticamente abandonada a si própria durante a fase da conquista. Muito provavelmente, só após a vitória de César sobre os filhos de Pompeio e com a pacificação definitiva das terras do Sul peninsular, as populações deste território integraram, *de facto*, a província romana. Pouco cobiçado por romanos, que encontraram na Turdetânia e Bastetânia riquezas inesperadas, o Algarve não foi região que sofresse ataques dos Lusitanos, tendo permanecido até meados do século I a.C. fora das áreas que constituíram uma espécie de colónia de exploração mineral, ou seja os vales do Guadalquivir e Ebro e a Costa Levantina. Com Nony (1989: 672), acreditamos que apenas estas três regiões foram efectivamente controladas por Roma entre Cepião e Sertório.

Lisboa, Outubro de 1990

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Jorge (1987). Portugal Romano. 4ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- Alarcão, Jorge (1988a). O Domínio Romano em Portugal. Lisboa: Publicações Europa América.
- Alarcão, Jorge (1988b). Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, vol. 2.
- Arruda, Ana Margarida (1988). Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim. In Actas do 5º Congresso sobre o Algarve (Montechoro, 1988). Silves: Raca Club, p. 13-17, vol 1.
- Blázquez, José Maria (1962). Estado de la romanización de Hispania bajo César y Augusto. Emerita. Mérida, 30, 1, p. 71-129.
- Duby, Georges (1989). Diálogos sobre a Nova História. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Fabião, Carlos (1989). As ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho. Lisboa: UNIARQ, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa.
- Faria, António Marques (1988). Ipses, uma ceca hispano-romana do Sudoeste. Acta Numismática. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Numismàtics, 17.18, p. 101-104.
- Febvre, Lucien (1953). Combats pour L'Histoire. Paris: Armand Colin.
- García y Bellido, António (1968). España y los españoles hace dos mil años, según la «Geografía» de Strábon. Madrid: Espasa-Calpe, 4ª edição.
- Gomes, Mário Varela, Rosa Varela Gomes e Caetano de Mello Beirão (1986) O Cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In Actas do 4º Congresso do Algarve (Montechoro, 1986). Silves: Raca Club, p. 77-83, vol. 1.
- Gonçalves, V. (1989). Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Lisboa: UNIARQ (Instituto Nacional de Investigação Científica). 2 volumes.
- Kristeva, Julia (1977). A semiótica do Romance. Lisboa.
- Maia, Manuel (1978) Ânforas Neo-Púnicas do Sul de Portugal. In Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 199-207, vol. 1.
- Martín, Julián de Francisco (1989). Conquista y romanización da Lusitania. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca.
- Morel, Jean Paul (1978). A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne, Journées d'études de Montpellier sur la céramique campanienne (Montpellier, 1977). Archeologie en Languedoc. Sète: Fédération Archéologique de l'Hérault, 1, p. 149-168.
- Nony, Daniel (1984). La péninsule Ibérique, Rome et la conquête du monde méditerranéen. Paris: PUF.
- Peacock, D.P.S e D.F. Willians (1986). Amphorae and the Roman economy. An introductory guide. London: Longman.

Pellicer Catalán, Manuel (1978). Tipología y cronología de las anforas preromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno. *Habis*. Sevilha: Universidad de Sevilha, 9, p. 365-400.

Roldán Hervás, J. M. (1972). El elemento indígena en las guerras civiles en Hispania: aspectos sociales. *Hispania Antiqua*. Vitória: Universidad de Vitória, 2, p. 77-123.

Salinas de Frias, M. (1988). El «Hieron Akroterion» y la geografía religiosa del extremo occidente según Estrabón. In *Actas do 1º Congreso Peninsular de Historia Antigua* (Santiago de Compostela 1986). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 135-148, vol 2.

Santos, Maria Luisa Afonso dos (1972). *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Silva, Carlos Tavares, Antónia Coelho Soares e Joaquina Soares (1987). Notas sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 8, p. 203-220.

Vasconcellos, José Leite de (1913). *As Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 3.

Veiga, Sebastião Philippe Estácio da (1889). *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 3.